

# Superior Tribunal de Justiça

## CARTA ROGATÓRIA Nº 14.766 - PT (2019/0194341-0)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**JUSROGANTE** : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA - JUÍZO  
CENTRAL CRIMINAL DE LISBOA - JUIZ 8  
**INTERES.** : MARCOS AURELIO DE LIMA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL  
**A.CENTRAL** : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à notificação de MARCOS AURÉLIO DE LIMA para responder a ação penal pelo crime de roubo, devendo informar "se consente que o julgamento seja realizado na sua ausência, nos termos do disposto no art. 334 do CPP". Além disso, o interessado deve assinar os formulários juntados às fls. 9-10 (termo de constituição de arguido).

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documento postal de fls. 20-21. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 22).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, requereu a não concessão de *exequatur*. Caso seja concedido, que a intimação do interessado seja feita por oficial de justiça (fls. 26-31).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 33).

É o relatório. Decido.

Apesar de a intimação prévia ser procedimento preliminar da concessão do *exequatur*, os autos serão remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. A parte interessada ainda terá oportunidades para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

Ademais, o pedido rogatório, que se refere a diligência para simples notificação, ato de comunicação processual, não produz efeito atentatório à ordem pública, uma vez que se presta apenas para cientificar a parte de ação que tramita na Justiça estrangeira, para que ali possa exercer defesa.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, para as providências cabíveis.

**Cumpra-se a diligência em 60 dias.**

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

